

qualificação
Sardena**COMISSÃO PERMANENTE DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA****Parecer Relativo à****Proposta 68 /2016 - Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa
(2015/2020)****I - Nota Introdutória**

Através da Proposta n.º 68/2016, subscrita pelo Senhor Vereador e Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa [CML], Duarte Cordeiro, e aprovada por maioria na reunião da Câmara de 24 de Fevereiro de 2016, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Lisboa [AML] o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015/2020).

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 4.ª Comissão Permanente - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 1 de Abril de 2016, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017.

O Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa foi apresentado pelo Senhor Vereador e Vice-presidente da CML à Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida, em reunião de 16 de Março de 2016, tendo sido amplamente discutido.

II Considerandos

1 - A actual política de planeamento e gestão de resíduos urbanos, ao reconhecer o resíduo como um recurso, levanta novos desafios no domínio da gestão integrada de resíduos e ciclo de vida dos materiais, sendo um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território.



2 - O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 (PERSU), aprovado em Setembro de 2014, através da Portaria nº 187-A/2014, é o novo instrumento de referência da política de gestão de resíduos urbanos em Portugal.

3 - O PERSU estabelece a visão, os objectivos, as metas globais e específicas por sistema de gestão de resíduos urbanos e as medidas a implementar no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução.

4 - Para cumprimento das metas previstas no PERSU é necessária a criação de um instrumento estratégico ao nível da política municipal de gestão de resíduos e higiene urbana para a cidade de Lisboa em articulação com este e com o Plano de Acção da Valorsul.

5- A CML aprovou em reunião de 14/10/2015 submeter o Plano Municipal de Gestão de Resíduos a consulta pública, tendo sido incorporados diversos contributos, conforme consta do relatório que acompanha a Proposta.

III Desenvolvimento

1 - Definições

O Plano Municipal de Gestão de Resíduos da cidade de Lisboa pretende definir a estratégia e as acções a desenvolver pela Câmara Municipal de Lisboa quanto à gestão de resíduos urbanos na área do Município em articulação com o Plano Nacional de Gestão de Resíduos e o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), indo ao encontro da legislação em vigor e das estratégias europeias nesta matéria.

O presente Plano Municipal aposta na prevenção da produção de resíduos, como prioridade de actuação do Município e no desvio de materiais recicláveis e de fluxos especiais de resíduos, com vista à sua valorização económica e à protecção do ambiente

2 - Metodologia

A elaboração do Plano obedeceu à seguinte metodologia:

- Pesquisa de manuais e guias



- Pesquisa de outros planos municipais a nível europeu
- Consulta de legislação nacional
- Articulação com o PERSU 2020 e com o Plano de Acção da Valorsul para o cumprimento do PERSU
- Envolvimento dos serviços e colaboradores da CML
- Definição da visão e estratégia para a cidade
- Preparação e tratamento e informação sobre o sistema municipal de gestão de resíduos

3 - Enquadramento

O Plano Municipal de Gestão de Resíduos está enquadrado nos instrumentos regulatórios municipais (Grandes Opções do Plano 2015 - 2018, normativos internos para o serviço de remoção de resíduos urbanos, Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa entre outros), na legislação comunitária (Programas de Acção em matérias de Ambiente da União Europeia, Directiva Quadro de Resíduos, entre outros) estratégia e legislação nacional (Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014 - 2020, Regime Geral de Gestão de Resíduos, PERSU 2020 entre outros).

4 - Diagnóstico

Desde o final da década de 70 que Lisboa tem vindo a implantar sistemas municipais de recolha e gestão de resíduos.

O sistema de gestão de resíduos urbanos integra diversas fases, desde a sua produção passando pela deposição, recolha, (indiferenciada e selectiva, porta a porta, recolha a pedido etc.), transporte e armazenamento temporário até ao seu encaminhamento para diferentes formas de valorização/tratamento (reciclagem, incineração, etc.)

De um modo geral a proporção de resíduos recolhidos selectivamente tem aumentado nas últimas décadas com um crescimento mais acentuado a partir de 2003, em detrimento da fracção indiferenciada. Tal resulta da maior sensibilização da população e empresas quanto ao ambiente e à necessidade de separação e reciclagem dos resíduos, do



investimento do Município em infraestruturas e sistemas de recolha selectiva, criação a nível nacional de mecanismos legais e condições favoráveis a um encaminhamento ambientalmente adequado dos resíduos.

A prestação do serviço de remoção dos resíduos é assegurada por um quadro alargado de colaboradores e uma frota de 219 viaturas, e por 196.296 equipamentos de deposição (ecopontos à superfície e subterrâneos, vidrões, contentores, papeleiras, etc.)

A caracterização e diagnóstico da situação actual foram realizados numa análise SWOT. A análise evidenciou como pontos fortes, entre outros, os recursos humanos com experiência e conhecimento no sector dos resíduos e da sensibilização, bem como as práticas consolidadas da gestão operacional da remoção. Como pontos fracos, entre outros, a ineficácia dos instrumentos de controlo na correcção de comportamentos, assim como, frota de remoção com elevado grau de antiguidade e consequentemente com elevada produção de gases com efeito de estufa. No capítulo das oportunidades salientou-se a entrada em vigor do PERSU 2020, a legislação comunitária e nacional com novas exigências em matéria ambiental, possibilidade de colaboração em projectos de investigação e desenvolvimento, etc. De entre os constrangimentos a salientar apenas as características urbanísticas da cidade, o peso significativo da população não residente e limitações no escoamento dos resíduos.

5 - Estratégia

A estratégia para a gestão de resíduos em Lisboa assenta no aproveitamento de todos os recursos, com uma gestão de resíduos centrada numa economia circular, através da reintrodução dos resíduos no ciclo de vida dos produtos, apostando na reutilização e na reciclagem.

O Município de Lisboa adopta uma estratégia para a gestão de resíduos de acordo com os princípios orientadores do PERSU 2020, através de uma gestão integrada dos resíduos com processos e tecnologias adequadas. A política de planeamento e gestão de resíduos é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável da cidade.

A aposta do Município no que concerne ao atrás referido implica:



- “alargamento da rede de suporte à recolha selectiva porta-a-porta;
- implementação de mais locais de recepção de resíduos e de ecocentros;
- melhorar a qualidade de vida dos munícipes;
- transmitir uma imagem de Lisboa como uma cidade ambientalmente sustentável”;

A política de gestão de resíduos urbanos terá por base sete objectivos: três objectivos estratégicos e quatro de suporte, que a seguir se transcrevem:

Objectivo estratégico 1 - alargamento da rede de locais de recepção de resíduos, constituído pelo desenvolvimento de uma segunda rede de suporte e pela criação de novos centros de recepção;

Objectivo estratégico 2 - aumento da reciclagem e da qualidade dos materiais, através do alargamento do sistema de recolha selectiva porta-a-porta e da recolha selectiva de orgânicos, bem como da melhoria do encaminhamento para reciclagem de materiais recicláveis não embalagem e dos resíduos verdes provenientes de moradias, jardins e parques municipal;

Objectivo estratégico 3 - redução da produção de resíduos baseada na criação de um Conselho Consultivo e em acções específicas orientadas para a redução da produção de resíduos;

Objectivo de suporte 1 - aposta na inovação e desenvolvimento tecnológico;

Objectivo de suporte 2 - promoção de sinergias e redes de colaboração;

Objectivo de suporte 3 - o reforço do envolvimento dos munícipes;

Objectivo de suporte 4 - eficiência, eficácia e sustentabilidade ambiental;



Os objectivos estratégicos contribuem directamente para o cumprimento das metas previstas no PERSU 2020, e os de suporte contribuem para o cumprimento dos objectivos. Os objectivos do Plano também consideram os indicadores da ERSAR e sistema de desempenho da CML.

As **metas** e as **medidas** decorrentes dos objectivos estratégicos serão estruturadas com base em cada um dos objectivos, nomeadamente:

Objectivo estratégico 1

Medida 1 - desenvolvimento de uma segunda rede de suporte;

Medida 2 - alargamento da rede e criação de novos centros de recepção

2.1 Criação de centros de reutilização de resíduos urbanos

2.2 Alargamento da rede recepção para diversos fluxos de resíduos

2.3 Criação de centros de recepção de Pequenas Quantidades de Resíduos Perigosos

2.4 Criação de locais de recepção de óleos lubrificantes usados

2.5 Alargamento da rede de recolha selectiva de óleos alimentares usados

2.6 Regularização da recolha selectiva de resíduos têxteis, calçado e brinquedos para reciclagem

2.7 Incremento da separação e melhoria do encaminhamento de madeiras e metais ferrosos

As **metas** definidas para este objectivo são:

- criação de 2 grandes centros para recepção e reutilização de resíduos até 2020;
- criação de 100 novos locais para alargamento da rede de suporte;
- aumentar a rede de recepção de OAU para 80 locais;
- aumentar anualmente a taxa de resíduos conduzidos a reciclagem em + 0,2%
-

Objectivo estratégico 2

Medida 1 - Alargamento do sistema de recolha selectiva porta a porta



Medida 2 - Alargamento da recolha selectiva de orgânicos

Medida 3 - Melhoria do encaminhamento para reciclagem de materiais recicláveis não embalagens

Medida 4 - Melhoria do encaminhamento dos resíduos verdes provenientes de moradias, jardins e parques municipais

As metas definidas para este objectivo são:

- alargamento do sistema porta a porta a [20.000 fogos por ano] até 2020
- taxa de reciclagem [42%] até 2020
- retoma da recolha selectiva : [66 kg/hab.ano] até 2020
- aumento anual da taxa de resíduos conduzidos a reciclagem em [+0,2%]
- aumento da quantidade de resíduos recicláveis: [+7.000 t] até 2020

Objectivo estratégico 3

Medida 1 - Criação de um Conselho Consultivo para a redução da produção de resíduos

Medida 2 - Acções específicas de redução da produção de resíduos

2.1 Compostagem doméstica de resíduos orgânicos e verdes em condomínios e moradas com jardim

2.2 Valorização de resíduos verdes em parques municipais

2.3 Publicação online de iniciativas no âmbito da prevenção de resíduos

A meta definida para este objectivo é:

- Contribuir para a meta nacional de redução da produção de resíduos através das medidas previstas [-10%] entre 2015-2020

Objectivo de suporte - 1



Medida 1 - Introdução de novas tecnologias no sistema de remoção de resíduos

Medida 2 - Implementação de um sistema "PAYT"

Medida 3 - Plano de acção para alteração do sistema de recolha [bairros históricos]

Medida 4 - Estudo de viabilidade para recolha conjunta de mais do que um tipo de resíduo

Medida 5 - Construção de uma Estação de Transferência

Medida 6 - Criação de uma central de lavagem de contentores e papeleiras

Medida 7 - Aquisição de báscula para resíduos entregues a operadores privados

Objectivo de suporte - 2

Medida 1 - Cooperação institucional entre CML e Valorsul

Medida 2 - Reforço da cooperação institucional entre CML e Juntas de Freguesia de Lisboa

Medida 3 - Participação em projectos I&DT e estabelecimento de parcerias

Objectivo de suporte - 3

Medida 1 - Elaboração de um plano de informação e sensibilização "Lisboa mais sustentável"

Medida 2 - Reforço da monitorização e fiscalização

Medida 3 - Reforço da imagem do município quanto ao serviço de resíduos

Objectivo de suporte - 4

Medida 1 - Melhoria da eficiência e eficácia dos sistemas implementados

1.1 Melhoria da qualidade dos dados e optimização da recolha e transporte de resíduos



1.2 Execução do Plano de renovação de frota

1.3 Informação aos serviços municipais do encaminhamento dos diversos tipos de resíduos

1.4 Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e respetiva certificação

Medida 2 - Reforço da sustentabilidade do serviço prestado

Medida 3 - Aprovação de um novo regulamento municipal de RU

Medida 4 - Adoção de compras públicas sustentáveis

A implementação do Plano vai decorrer até 2020, estando nele contemplados os processos de acompanhamento permanente, a avaliação e monitorização com os respectivos indicadores.

IV Opinião das Forças Políticas e do Relator

As forças políticas representadas na 4ª Comissão Permanente - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida e bem assim, a Deputada Municipal Relatora, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido e votado o presente Parecer.

V Conclusões

1. O Plano Municipal de Gestão de Resíduos reveste-se da maior importância para a prossecução da estratégia da CML de promoção de comportamentos ecologicamente sustentáveis e da redução da produção de resíduos.



2. O Plano prevê uma correspondência adequada dos serviços de higiene urbana, garantindo a melhoria da qualidade de vida, através de uma cidade limpa.
3. O Plano foi elaborado a partir de um diagnóstico exaustivo e aponta de forma clara as estratégias da CML nesta matéria, bem como as correspondentes metas, objectivos e indicadores.
4. Assume grande importância o facto de os resíduos serem considerados como recursos, promovendo deste modo a investigação e o desenvolvimento, que devem ser apostas fortes do Município.
5. Torna-se indispensável a redução dos resíduos e simultaneamente a diminuição do lixo que escapam à recolha selectiva.
6. Na cidade deverão desenvolver-se respostas diversificadas em função dos bairros e dos municípios específicos.
7. São fundamentais para se atingirem os objectivos do Plano o envolvimento dos municípios, a cooperação com os intervenientes externos e o estabelecimento de redes cooperativas.
8. A criação do Conselho Consultivo é um contributo positivo e significativo neste enorme desafio para a cidade.

VI Recomendações

Atendendo à natureza do Plano, documento estratégico e multidisciplinar, envolvendo diversos serviços municipais na sua execução, recomenda-se à CML:



- 1) Que o relatório de avaliação e monitorização semestral do Plano seja remetido à AML para apreciação do seu progresso.
- 2) Que se proceda a uma articulação efetiva com as Juntas de Freguesia, nomeadamente no que diz respeito aos locais de colocação dos ecopontos enterrados e aos horários/datas de limpeza dos mesmos.
- 3) Que seja incentivada a formação dos munícipes quanto à correta utilização dos contentores, bem como relativamente à reutilização dos resíduos;
- 4) Que se desenvolvam estratégias para incentivar os operadores económicos a utilizar menos embalagens nos respetivos produtos e ou que estimulem os consumidores a reutilizá-las.

Este Parecer foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes na Comissão.

Lisboa, 6 de Abril de 2016

A Presidente da Comissão

Sofia Cordeiro

A Deputada Relatora

Ana Páscoa